GUIBAL, Francis, *Le Courage de la raison – La philosophie pratique d’Eric Weil*

Luís Manuel A. V. Bernardo

Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/cultura/572>

DOI: 10.4000/cultura.572

ISSN: 2183-2021

Editora

Centro de História da Cultura

Edição impressa

Data de publicação: 1 junho 2009

Paginação: 297-301

ISSN: 0870-4546

Refêrencia eletrónica

Luís Manuel A. V. Bernardo, « GUIBAL, Francis, *Le Courage de la raison – La philosophie pratique d’Eric Weil* », *Cultura* [Online], Vol. 26 | 2009, posto online no dia 16 setembro 2013, consultado a 22 setembro 2020. URL : <http://journals.openedition.org/cultura/572> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/cultura.572>

GUIBAL, Francis, *Le Courage de la raison – La philosophie pratique d’Eric Weil*. Paris: Editions du Félin, 2009, 391 pp.

Luís Manuel A. V. Bernardo

Vítima, quer do contexto, quer da sua recepção, a obra de Eric Weil (1904-1977), editada entre os anos 50 e 70 do século passado, não tem obtido o devido acolhimento pela comunidade filosófica. Se as interpretações magistrais de Kant (*Problèmes kantiens*. Paris: Vrin, 1970) e de Hegel (*Hegel et l’état*. Paris: Vrin, 1950) constituem referências cada vez mais frequentes nos trabalhos da especialidade (os quais persistem, contudo, em ignorar os importantes artigos sobre a filosofia dos dois autores germânicos publicados em *Essais et conférences*. Paris: Vrin, 1991 e *Philosophie et réalité*. Paris: Beauchesne, 1982), já os livros que encerram o seu pensamento original pouco são mencionados, fora de um círculo restrito de académicos cujo contributo investigatório se encontra ainda parcialmente compilado na página recente da “Association des amis d’Eric Weil”, sediada no Centre Eric Weil da Universidade Charles de Gaulle, em Lille, onde leccionou durante quase duas décadas. Não fosse a indiscutível qualidade filosófica desses trabalhos, bem como a respectiva intenção de actualidade, esse relativo desinteresse seria facilmente compreensível. Com efeito, num tempo em que se impunha desconstruir as versões sistemáticas e metafísicas da História, tidas por matriz teórica dos horrores cometidos durante a II Guerra Mundial, a obra-prima de Eric Weil, *Logique de la philosophie* (Paris: Vrin, 1950), no seu esforço de síntese categorial em prol de uma compreensão das possibilidades enunciativas do discurso filosófico para conferir sentido à pluralidade de atitudes e de linguagens do mundo, aparecia, tal como a designou Jacques d’Hondt, como uma espécie de nova Fenomenologia do Espírito, ensaio revivalista portanto de uma prática filosófica que convinha, a todo o custo, exorcizar. Dessa reflexão fundamental resultava a exigência de uma Filosofia da Acção, na dupla vertente moral e política, de que deram conta duas obras: *Philosophie politique* (Paris: Vrin, 1956) e *Philosophie morale* (Paris: Vrin, 1961). Ao reproduzirem idêntico gesto ordenador, sobre ambas recaía a mesma suspeita de formalismo anacrónico e de intencionalidade totalizadora, aparentemente confirmada pela centralidade que, na primeira, se atribuía ao Estado, quando, em contrapartida, se impunha o quesito de desmontar a lógica do poder, e por um regresso, na segunda, a

noções como a de vida moral, numa suposta ignorância do niilismo axiológico que afectava inexoravelmente a contemporaneidade. Essa versão de um Weil inconsequentemente conservador tem vindo progressivamente a alterar-se, por um lado, fruto de um tipo de interpretação mais atento ao sentido dos textos, por outro, não menos importante, como efeito colateral de haver muitos outros que, entretanto, têm seguido percursos então delineados, como sejam a retoma crítica do paradigma antigo ou a tentativa de produzir concepções positivas da moral e da política. Na realidade, a proposta de Eric Weil revela toda a sua oportunidade na medida em que, ao procurar um equilíbrio entre crítica e sentido, enuncia a questão filosófica de um modo que, depois de todos os intentos de fragmentação e de dissensão com os quais se visou obstar aos escolhos totalitários, se aproxima do coevo. Essa situação tornou perceptível que o que ficara muitas vezes por entender fora a intencionalidade primeira que assistia à constante apologia da razão por parte do autor: face aos excessos de violência, os quais, na leitura do filósofo, atingiram os limites da insensatez, deixando-nos a tarefa complexa de reconstruir a partir de um sentimento vivo de finitude um mundo onde o sentido se revelasse de novo possível, a opção pela razão, reconduzida por via de uma tal negatividade à expressão modesta da razoabilidade, dever-se-ia assumir como um acto de coragem. Porquanto a *Logique de la philosophie* foi merecendo uma atenção mais consistente, nomeadamente em estudos de doutoramento, de entre os quais constitui menção obrigatória o do maior intérprete weiliano, Gilbert Kirschner (publicado como *La philosophie d'Eric Weil*. Paris: PUF, 1989), de uma tal revisão saíram, sobretudo, beneficiadas a *Philosophie politique*, em particular nas leituras de Patrice Canivez (*La politique et sa logique dans l'oeuvre d'Eric Weil*. Paris: Kimé, 1993), e a *Philosophie morale* que, após alguns artigos esclarecedores, nomeadamente os escritos por Émilienne Naert, encontra na obra em apreço um destaque apropriado, bem como a devida articulação com a política. Reunindo, em dez capítulos, nove artigos publicados ao longo da última década, actualizados e enquadrados por dois momentos – um, introdutório, no qual se contextualiza em termos de actualidade o problema de esteio; outro, conclusivo, em que surgem valorizadas as pontes com outros autores, de entre os quais avultam Paul Ricoeur e Emmanuel Lévinas, aos quais foi acrescentado um inédito, obedecendo a idêntico esquema –, saiu assim um trabalho, cujo título, como decorre do exposto, não poderia ser mais adequado, destinado a ficar como um marco nos estudos weilianos. Se, no que respeita à filosofia moral, à qual dedica um terço do volume, não substitui uma análise sistemática da obra (mormente por se centrar predominantemente nos dispositivos previstos de efectuação

da moralidade) e, quanto à filosofia política, deixa por aprofundar alguns dos assuntos de cariz mais político, preferindo-lhes entradas mais amplas, como a das relações entre moral e política ou a da educação do cidadão (de que trata precisamente o capítulo VIII, escrito para esta publicação), no fim da leitura não restam dúvidas sobre a correção e a consistência das análises, o elevado grau de esclarecimento que uma hermenêutica vocacionada para interrogar filosoficamente as concepções de Weil proporciona, ou a pertinência do tema do discernimento, capital nesta interpretação, para restituir a coerência do exigente percurso dialéctico que as duas obras procuram delinear. Dessa feita, Guibal acaba por bater a maioria das questões canónicas (evitando, não ignorando, uma ou outra polémica, como a discussão sobre as relações entre o discurso da filosofia moral e as categorias lógicas da “Consciência” e da “Acção”), nas quais introduz algumas perspectivas que poderão figurar como menos usuais: a relevância da terceira Crítica de Kant, que Eric Weil designava como a Judiciária, para um entendimento adequado do lugar do sentido na filosofia weiliana, em particular do lugar que aí detém esse tipo peculiar de juízo que é o “reflexionante”; a dominância da prudência, enquanto expressão da sabedoria prática, no conjunto das virtudes; a importância da consciência da finitude para o trânsito de uma razão formal para uma razoabilidade concreta; a pertinência de insistir no papel resolutivo do regresso a Aristóteles, em virtude de, que não a despeito, um reconhecimento agudo dos paradoxos da Modernidade, nomeadamente dos legados pelas tradições kantiana e hegeliana; a fecundidade hermenêutica da introdução de uma pluralidade de vozes, aquelas com as quais se foi estabelecendo, explícita ou implicitamente, um diálogo (Jürgen Habermas, Martin Heidegger ou Jacques Derrida, por exemplo, ou o menos referido Marcel Conche, ao lado de outras mais recentes), com as quais Guibal recria hipotéticos nexos de interlocução (François Galichet, Étienne Balibar ou Jean-Luc Nancy, uma vez mais a título exemplificativo). Em conformidade, o capítulo conclusivo intitula-se, sugestivamente, “E. Weil e nós”. Como é natural, são também estes pontos de vista que definem os limites substanciais desta leitura, já que os formais se reduzem praticamente à escassíssima referência a publicações fora do universo editorial francófono, o que surpreende, tanto mais quanto Francis Guibal editou, em espanhol, uma introdução à concepção de Weil (*Historia, Razón, Libertad – Una introducción al pensamiento político y filosófico de Eric Weil*. Lima: Fondo Editorial de la PUCP, 2002). O acento posto na recepção de Kant e Aristóteles cumpre uma dupla função cuja relevância não basta para afastar algumas ambiguidades: por um lado, se a ligação a Hegel fica minorada, senão por vezes mesmo elidida, o que permite evitar os excessos da primeira geração

de intérpretes, essa reconfiguração acarreta a perda de alguns elos do discurso weiliano como, por exemplo, o papel mediador da moral da cidadania responsável como expressão do universal concreto, entre o formalismo do dever subjectivo e a invenção de uma vida moral, ou o intento de reordenar as diferentes figuras da política, recuperadas em grande parte da filosofia hegeliana, segundo uma matriz dialéctica inclusiva, que não de superação, de modo que é o próprio significado do regresso a Kant e/ou a Aristóteles para lá de Hegel que fica menos perceptível; por outro, se a insistência nas “questões kantianas” torna o filósofo nosso contemporâneo, em particular no que diz respeito a temas que estão na ordem do dia, como a crise do Estado-Nação, o cosmopolitismo, o valor da educação para a cidadania, a consciência da historicidade, o papel do sujeito singular, o sentido da política face à ascensão da violência, o que acaba escamoteado é o permanente esforço de Weil para ultrapassar igualmente o formalismo da razão kantiana, porquanto o acesso ao filósofo germânico era preconizado a partir da passagem atenta pela interpretação crítica de Hegel; por fim, ao sugerir a existência de uma espécie de neo-aristotelicismo no pensamento moral e político de Weil, Guibal relança-o uma vez mais no vórtice das problemáticas mais recentes em torno da sabedoria prudencial, como antídoto para todos os positivismos, incluindo o da própria razão, e da necessidade de repensar os modelos de organização social e política, eventualmente, por uma revalidação de configurações de índole mais orgânica, local e agregadora, para o que a versão da *politeia* antiga poderá cumprir uma função exemplar; mas, para o efeito, deixa por equacionar deliberadamente dois aspectos fulcrais, a saber, que é a magnanimidade que constitui a última virtude para Weil (e não a prudência, à qual cabe um papel de mediação num mundo em que universalidade e particularidade ainda se opõem) e que, como Naert assentou, porque o retorno ao filósofo antigo se faz a partir de um horizonte inexoravelmente moderno, o sentido de cada termo, de cada expressão, de cada tese do Estagirita sofre uma profunda alteração, o que implica a impossibilidade de a orientação aristotélica se constituir como estância definitiva. São, aliás, ao que cremos, estes jogos de apropriação e de distanciação (diferentes de uma filiação convencional, aristotélica, kantiana ou hegeliana) que conferem à filosofia de Weil essa abertura plástica para levar o intérprete a conseguir estabelecer a ligação com perspectivas tão contrastadas como, por exemplo, a de Alexandre Kojève e a de Léo Strauss (cap. VIII), aproximação que, não obstante, se reveste do maior interesse. Todavia, a limitação que se nos afigura mais drástica decorre do modo como a associação entre discernimento, prudência e sabedoria acaba por circunscrever o problema do sentido à racionalidade prática, dei-

xando assim por reflectir aquele que será, estamos convictos, o traço mais original da filosofia de Weil: a indecisão ponderada sobre o interesse de uma sabedoria substantiva face à pertinência inequívoca do sentido de uma lógica dos sentidos, em todos os regimes discursivos. “Conflito de interpretações”, parafraseando o título de uma conhecida obra de Paul Ricoeur, há que reconhecê-lo, decisivo para quem estuda a obra de Eric Weil, insuficiente para abalar o rigor, a amplitude e a eloquência da leitura que Francis Guibal, actualmente professor emérito da Universidade Marc Bloch de Estrasburgo, nos propõe. Por fim, estamos perante um exemplo da proficuidade de construir um percurso consequente por via da publicação em revistas tão diferentes como as francesas *Cités*, *Archives de Philosophie*, *Cahiers Philosophiques*, *Annales Littéraires de L’Université de Besançon*, *Revue des sciences religieuses*, a belga *Revue Philosophique de Louvain* ou a peruana *Arété*.